

# Combate à corrupção nos PALOP: Especialistas reunidos em Maputo

[Imprimir](#)

Categoria: Política

Publicado em 03 julho 2018

Visualizações: 270



Gosto 0

Tweet

Share

ESPECIALISTAS das áreas jurídica, empresarial e académica dos Países Africanos de Língua Portuguesa juntam-se hoje e amanhã em Maputo, para uma reflexão sobre a intervenção do Estado, sociedade e do Direito no combate à corrupção.

Trata-se duma conferência promovida pela Procuradoria-Geral da República, em parceria com a União Europeia, destinada a avaliar a actuação das autoridades em face da corrupção. O evento realiza-se no âmbito do Projecto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste (PACED).

Os organizadores do encontro acreditam que, desta forma, será possível aferir se estarão os Estados preparados para lidar com fenómenos criminais que afectam directamente a boa governação, tais como o crime organizado, a fraude fiscal, lavagem de dinheiro e, de forma mais sintomática, a corrupção.

É também objectivo do evento debater e determinar, entre outras questões, que tipo de governação, administração pública, justiça ou economia se pretende nos PALOP para responder a estes desafios.

Oradores de diversas áreas, entre eles o presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Salimo Abdula, e Casimiro Ferreira, da Universidade de Coimbra, em Portugal, deverão falar da sua perspectiva sobre os temas propostos.

Espera-se, igualmente, a intervenção de José Abudo, antigo provedor de Justiça de Moçambique, de Flávio Menete, bastonário da Ordem dos Advogados, e de Severino Nguenha, reitor da Universidade Técnica de Moçambique.

O PACED nasce da parceria entre a União Europeia e os PALOP e Timor-Leste, com o objectivo de promover a afirmação e consolidação do Estado de Direito nestes países, assim como prevenir e lutar contra a corrupção, branqueamento de capitais, criminalidade organizada e, em particular, o tráfico de estupefacientes.

Em Moçambique, estão envolvidas no PACED a Procuradoria-Geral da República, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, através do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o Tribunal Supremo, Gabinete de Informação Financeira de Moçambique, os Serviços de Investigação Criminal e o Gabinete do Ordenador Nacional, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

[Guardar](#)[Share](#)[G+](#)[Tweet](#)[Like 0](#)[Share](#)